

RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.100 - MT (2019/0001268-1)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE CUIABÁ**
PROCURADORES : **JOSÉ ADELAR DAL PISSOL - MT002838**
AMANDA VIANA DE VASCONCELOS SOARES E OUTRO(S) - MT020455
RECORRIDO : **SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PÚBLICO**
ADVOGADO : **BRUNO JOSÉ RICCI BOAVENTURA E OUTRO(S) - MT009271**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 98, §3º, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO CONTIDO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. HORA-ATIVIDADE DE PROFESSORES. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. CONFLITO ENTRE LEI LOCAL E LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso, assim ementado (fls. 425-426):

RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL — AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS — PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DA AUTORA POR OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE — REJEIÇÃO - SERVIDOR PÚBLICO — PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO — HORA-ATIVIDADE DE, NO MÍNIMO, 1/3 — PISO NACIONAL — CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO — LEI FEDERAL Nº. 11.738/2008 — PRECEDENTE DO STF — ADI Nº4167 — EFEITOS MODULATÓRIOS DA DECISÃO A PARTIR DE 27-4-2011 — ADEQUAÇÃO — APLICAÇÃO PELO IPCA-E DESDE A DATA FIXADA NA SENTENÇA - REPERCUSSÃO GERAL — TEMA 810 DO STF - BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA MANTIDOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS QUANDO LIQUIDADO O JULGADO — ARTIGO 85, §4º, II DO CPC - RECURSO DA PARTE AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO - RECURSO DO MUNICÍPIO DESPROVIDO.

Inexiste qualquer ofensa ao princípio da dialeticidade se os fundamentos que demonstram a inconformidade com a sentença recorrida constam das razões recursais.

Aplica-se a todos os entes federados o piso salarial nacional dos profissionais do Magisterio Público da Educação Básica, nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008.

O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar os embargos de declaração, opostos em face do acórdão que julgou improcedente a ADI nº 4.167/DF,

declarou que o pagamento do piso instituído pela Lei nº 11.738/08 somente pode ser exigido a partir de 27 de abril de 2011.

Em razão do julgamento do RE 870947, tema 810 do STF, foi declarada a inconstitucionalidade do artigo 1º-F da Lei n.9.494/97 no que se refere à correção monetária, determinando, nesse caso, a incidência do IPCA-E, desde a data fixada na sentença. Os juros moratórios que devem ser fixados, a partir da citação, com os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, conforme a redação do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/09.

Estando no processo pessoa jurídica, sem fins lucrativos, basta a mera afirmação da hipossuficiência, cabendo a parte contrária provar a inexistência da miséria jurídica, até porque a concessão do benefício não é definitiva, nos termos do artigo 8º da Lei nº 1.060/50.

Não sendo líquida a sentença, a fixação do percentual dos honorários advocatícios somente ocorrerá quando liquidado o julgado, nos termos do artigo 85, §4º, II do CPC.

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões de sua irresignação, o recorrente sustenta ofensa aos artigos 99, §3º, do CPC/2015 e 4º, §2º, da Lei 11.738/2008, sob os seguintes argumentos: (a) "não se mostra cabível a concessão da gratuidade da justiça no presente caso, uma vez que não se busca a defesa de direito coletivo por substituto processual mediante uma única ação coletiva, mas sim direito exclusivamente individual e heterogêneo, em clara representação processual, para o qual seria necessária autorização expressa dos 15 (quinze) docentes listados às fls. 15 dos autos, e não incluídos como partes autoras do processo" (fl. 481); e (b) a Lei nº 11.738/08 não se aplicaria ao caso dos autos, pois dispõe que o piso mínimo será destinado aos profissionais que cumprem a carga horária de quarenta horas semanais e, por consequência lógica, os profissionais que cumprem carga horária diversa devem receber de forma proporcional, como na hipótese, em que os professores do Município de Cuiabá cumprem jornada semanal de vinte horas.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 513-516.

É o relatório. Passo a decidir.

A presente irresignação não merece prosperar.

No que tange à alegação recursal de impossibilidade de concessão do pedido de justiça gratuita ao sindicato postulante, veja-se o seguinte excerto do aresto impugnado (fl. 439):

[...]

Finalmente, no que tange as razões recursais do Município, quanto a concessão da justiça gratuita à Autora, é sabido que, o referido benefício depende da insuficiência de recursos da parte para o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios no caso concreto, como prevê o artigo 98 do CPC.

A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a declaração da necessidade do benefício em questão gera presunção *juris tantum*, podendo ser afastada pelo Magistrado se houver elementos de prova em sentido contrário, prova esta que não ocorreu no caso concreto.

In casu, verifica-se tratar de pessoa jurídica sem fins lucrativos, de modo que faz jus ao benefício da assistência judiciária gratuita independentemente de prova, porque a presunção é a de que não pode arcar com as custas e honorários do processo, cabendo a parte contrária provar a

inexistência da miserabilidade jurídica, até porque a concessão do benefício não é definitiva, nos termos do artigo 8º da Lei nº 1.060/50.

Assim sendo, o indeferimento implicaria obstaculizar o acesso do ente sindical ao Poder Judiciário, o que não pode ser admitido, diante do sabido preceito constitucional do livre acesso à justiça.

Dessa forma, como não há nos autos qualquer prova apta a demonstrar a necessidade do indeferimento, a manutenção da assistência judiciária é a medida que se impõe.

[...]

Ao que se vê, o Tribunal local, ao decidir pela manutenção do benefício da assistência judiciária ao sindicato, lastreou-se no entendimento jurisprudencial de que a declaração de necessidade da justiça gratuita gera presunção relativa e, por conseguinte, reconheceu não haver nos autos prova sentida em contrário.

Ocorre que o recorrente não impugnou, nas razões do recurso especial, a referida fundamentação que, por si só, assegura o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide, à hipótese, a Súmula 283/STF.

No mais, assim registrou o Tribunal *a quo* (fls. 430-435, grifos no original):

[...]

Pois bem. A matéria em discussão cinge-se em analisar eventual possibilidade do reconhecimento do direito dos, autores, ao pagamento da verba por hora-atividade, que entende-se por aquelas destinadas à *preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagógica da escola*, em observância ao piso nacional do magistério.

A Lei Complementar nº 220/2010 - Lei Orgânica dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá, e a Lei Federal nº. 11.738/2008, que dispõe sobre o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, estabelecem respectivamente:

[...]

Da leitura conjugada dos artigos, observa-se que a Lei Orgânica Municipal estabeleceu o percentual de 20% (vinte por cento) da carga horária como hora-atividade, e, em contrapartida, a Lei Federal instituiu o limite máximo em 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, sendo 1/3 (um terço) da carga horária dedicada à denominada hora-atividade ou atividade extraclasse.

Registre-se que a Constituição do Estado de Mato Grosso, em seu artigo 237, III, apresenta-se em harmonia com o assegurado pela Lei Federal n. 11.738/2008, ou seja, garante aos profissionais da educação, seja no âmbito estadual, seja municipal, a jornada de 2/3 (dois terços) para o desempenho das atividades em sala de aula e o restante para compromissos extraclasse. Confira-se:

[...]

Importante ressaltar que a constitucionalidade da Lei nº. 11.738/2008 já foi questionada em Ação Direta de Inconstitucionalidade, oportunidade em que o Supremo Tribunal Federal, em voto da relatoria do Ministro Joaquim Barbosa, confirmou a validade da norma federal que, dentre outras prerrogativas, fixou o limite máximo de 2/3 (dois terços) de carga horária para o desenvolvimento de atividades com os educandos e 1/3 (um terço) como hora-atividade, cujo objetivo é a preparação das aulas e demais

atividades extraclasse. Veja-se:

[...]

Opostos embargos declaratórios na ADI nº 4.167, o Supremo Tribunal Federal definiu os efeitos modulatórios da decisão, estabelecendo que a Lei nº. 11.738/2008 passa a ser aplicável a partir de **27/04/2011 (data da conclusão do julgamento da ADI)**, configurando em mora do Poder Público a partir desta data.

Desse modo, reconhecida a constitucionalidade do artigo 2º, § 4º da Lei Federal nº 11.738/2008, a qual se encontra em harmonia com o assegurado na Constituição do Estado de Mato Grosso, que institui em seu artigo 237, III, que o Estado e os Municípios organizarão os seus sistemas de ensino de modo articulado, garantido aos Profissionais da Educação Pública Básica, plano de carreira com piso salarial profissional, com jornada de trabalho correspondente -a 1/3 (um terço) destinada a planejamento e estudos extraclasse, o apelante deve adequar a legislação municipal às diretrizes nacionais.

[...]

Do que se observa, a fundamentação do acórdão vergastado apoiou-se precipuamente na análise e interpretação de legislações locais (Lei Complementar Municipal 220/2010 e Constituição do Estado de Mato Grosso), razão por que o presente apelo não deve ser conhecido nesta Corte Superior por demandar interpretação de normativo estranho à legislação federal. Aplica-se ao caso a Súmula 280/STF.

Ademais, não compete a este Superior Tribunal, em sede de recurso especial, apreciar a existência de conflito entre lei local e lei federal, sob pena de incorrer em usurpação de competência própria do STF, constante do art. 102, III, "d", da Constituição Federal.

Nesse sentido (grifos nossos):

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. SOBRINHO. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA COM BASE EM LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. DISSÍDIO PREJUDICADO.

1. O exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de lei local, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.").

2. Ademais, "a desconformidade da legislação local com o disposto na Lei n. 9.717/98 e na Lei n. 8.213/91 converge à existência de conflito entre lei local e lei federal, questão que só pode ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, pois trata-se, em última análise, de matéria constitucional relacionada ao pacto federativo (art. 102, III, alínea "d", da CF)" (AgRg no REsp 1.366.339/MS, Rel.

Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 04/06/2013, DJe 10/06/2013).

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1263805/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 26/06/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDORA PÚBLICA

ESTADUAL. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 28/2000. MORTE DA SEGURADA QUANDO EM VIGOR AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS 41/2001 E 64/2004. ART. 33, § 3º, DA LEI 8.069/90. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ART. 227, § 3º, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRETENSÃO DE EXAME DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF, POR ANALOGIA. ART. 2º DA LEI 9.528/97. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. LEI LOCAL, CONTESTADA EM FACE DA LEI FEDERAL. HIPÓTESE DE CABIMENTO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102, III, D, DA CF/88. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

II. A revisão da conclusão do Tribunal de origem - na linha do pretendido pela parte agravante, com base na interpretação do direito local - é vedada a este Superior Tribunal de Justiça, em decorrência da aplicação do disposto na Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário"). No mesmo sentido: STJ, AgInt no AREsp 935.121/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/10/2016.

[...]

V. Segundo a jurisprudência desta Corte, a questão da existência de conflito entre lei local e lei federal "só pode ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, pois trata-se, em última análise, de matéria constitucional relacionada ao pacto federativo. Não foi por outro motivo que a Emenda Constitucional n. 45/2004 passou para o Supremo Tribunal Federal a competência para apreciar, em recurso extraordinário, as decisões que julgarem válida lei local contestada em face da lei federal (art. 102, III, alínea 'd', da CF)" (STJ, AgRg no REsp 1.366.339/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/06/2013).

VI. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1050567/PE, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 25/09/2018)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial. Majoro em 10% os honorários advocatícios a serem fixados quando liquidado o julgado, nos moldes do §4º, II, do art. 85 do CPC/2015, conforme determinação contida no acórdão *a quo*, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator